

# Contradições e Desafios na Educação Brasileira

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

**Willian Douglas Guilherme**

(Organizador)

# **Contradições e Desafios na Educação Brasileira**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

## Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
C764	Contradições e desafios na educação brasileira [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Contradições e Desafios na Educação Brasileira; v. 1)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-373-6 DOI 10.22533/at.ed.736190106  1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação – Inclusão social. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.  CDD 370.710981
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior   CRB6/2422</b>	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

Atena  
Editora

Ano 2019

## APRESENTAÇÃO

O livro “Contradições e Desafios na Educação Brasileira” foi dividido em 4 volumes e reuniu autores de diversas instituições de ensino superior, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas em vários estados brasileiros. O objetivo desta coleção foi de reunir relatos e pesquisas que apontassem, dentro da área da Educação, pontos em comuns.

Neste 1º Volume, estes pontos comuns convergiram nas temáticas “Ações afirmativas e inclusão social” e “Sustentabilidade, tecnologia e educação”, agrupando, respectivamente, na 1ª parte, 11 artigos e na 2ª, 14 artigos.

A coleção é um convite a leitura. No 2º Volume, os artigos foram agrupados em torno da “Interdisciplinaridade e educação” e “Um olhar crítico sobre a educação”. No 3º Volume, continuamos com a “Interdisciplinaridade e educação” e incluímos a “Educação especial, família, práticas e identidade”. E por fim, no 4º e último Volume, reunimos os artigos em torno dos temas “Dialogando com a História da Educação Brasileira” e “Estudo de casos”, fechando a publicação.

Entregamos ao leitor o livro “Contradições e Desafios na Educação Brasileira” com a intenção de cooperar com o diálogo científico e acadêmico e contribuir para a democratização do conhecimento.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A ETICA TRABALHADA PELOS PCN'S E DIMINUIÇÃO DA VIOLENCIA DENTRO DO ESPAÇO ESCOLAR	
<i>Luana Nayara de Brito Ferreira</i> <i>Vívian da Silva Lobato</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7361901061</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>7</b>
AS AFETIVIDADES E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM ABORDAGENS SOBRE TRANSGÊNICOS EM REVISTAS NACIONAIS DA ÁREA DE ENSINO E NAS ÚLTIMAS CINCO EDIÇÕES DO ENPEC	
<i>Karla de Oliveira Munarin</i> <i>Sérgio Choiti Yamazaki</i> <i>Regiani Magalhães de Oliveira Yamazaki</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7361901062</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
CARTOGRAFIA DE GRUPOS DE PESQUISA SOBRE ARTE, PEDAGOGIA E MEDIAÇÃO: QUEM SOMOS? QUANTOS SOMOS? E ONDE ESTAMOS?	
<i>Fabiana Souto Lima Vidal</i> <i>Ana Paula Abrahamian de Souza</i> <i>Daniel Bruno Momoli</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7361901063</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
DISCRIMINAÇÃO RACIAL NOS DISCURSOS DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Ketno Lucas Santiago</i> <i>Ana Paula Vieira e Souza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7361901064</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>44</b>
DISCURSOS DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL ACERCA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: ENTRE PRÁTICAS E DESAFIOS	
<i>Marcos Vinicius Sousa de Oliveira</i> <i>Deidiane Costa Guimarães</i> <i>Ana Paula Vieira e Souza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7361901065</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>51</b>
EDUCAÇÃO ESCOLAR, MOVIMENTO E PROFESSORES INDÍGENAS NA AMAZÔNIA: DIMENSÕES DA LUTA PELO RECONHECIMENTO DA <i>DIVERSIDADE</i> E DA <i>DIFERENÇA</i> DE POVOS EXISTENTES NO BRASIL	
<i>Fernando Roque Fernandes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7361901066</b>	

**CAPÍTULO 7 ..... 65**

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO INICIAL: REFLEXÕES ACERCA DA EXPERIÊNCIA EM UM PROJETO INTERDISCIPLINAR

*Debora Brito Lima*

*Railda da Silva Santos*

*Dhessia da Silva Lima*

*Amélia Maria Araújo Mesquita*

*Brenda Aryanne Damasceno Monteiro*

*Jakson Brito Lima*

**DOI 10.22533/at.ed.7361901067**

**CAPÍTULO 8 ..... 71**

EDUCAÇÃO INDÍGENA: A IDEOLOGIA DO ÍNDIO NO LIVRO DIDÁTICO EM UMA ESCOLA INDÍGENA DA REDE PÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA

*Rízia Maria Gomes Furtado*

*Alex Arlen da Silva Oliveira*

**DOI 10.22533/at.ed.7361901068**

**CAPÍTULO 9 ..... 87**

A (IN) EXISTÊNCIA DE UM PROJETO EDUCACIONAL PARA OS NEGROS QUILOMBOLAS NO PARANÁ: DO IMPÉRIO A REPÚBLICA

*Lucia Mara de Lima Padilha*

**DOI 10.22533/at.ed.7361901069**

**CAPÍTULO 10 ..... 102**

O EMPODERAMENTO DA MULHER À PROFISSÃO DE MOTOTAXISTA NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA

*Davi Corrêa Gomes*

*Tatiane do Socorro Correa Teixeira*

**DOI 10.22533/at.ed.73619010610**

**CAPÍTULO 11 ..... 108**

REVISÃO SISTEMÁTICA EM ANAIS DE EVENTOS SOBRE A TEMÁTICA EDUCAÇÃO SEXUAL E SEXUALIDADE

*Caroline Alfieri Massan*

*Priscila Carozza Frasson Costa*

**DOI 10.22533/at.ed.73619010611**

**CAPÍTULO 12 ..... 121**

A MITOPOÉTICA CULTURAL AMAZÔNICA COMO ELEMENTO EDUCATIVO SOCIALIZADOR

*Riceli da Natividade Silva*

*Jefferson da Silva Alves*

*Luiz Carlos de Carvalho Dias*

**DOI 10.22533/at.ed.73619010612**

**CAPÍTULO 13 ..... 133**

COMO ALINHAR UMA FERRAMENTA DE GAMIFICAÇÃO EM UM CURSO DE COMPUTAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR?

*Rodrigo Alves Costa*

*André Luiz Henriques Bernardo*

*Ingrid Morgane Medeiros de Lucena*

**DOI 10.22533/at.ed.73619010613**

**CAPÍTULO 14 ..... 139**

CRIAÇÃO DE INSTRUMENTO PARA AVALIAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO COMPUTACIONAL: VALIDAÇÃO COM O GRUPO FOCAL

*Williane Rodrigues de Almeida Silva*

*Edmir Parada Vasques Prado*

**DOI 10.22533/at.ed.73619010614**

**CAPÍTULO 15 ..... 151**

DO CORAÇÃO DA TERRA: MANUFATURA DE TINTAS ARTESANAIS COM TERRAS JUAZEIRENSES

*Ana Emidia Sousa Rocha*

*Luiz Maurício Barretto Alfaya*

**DOI 10.22533/at.ed.73619010615**

**CAPÍTULO 16 ..... 165**

EDUCAÇÃO DIGITAL E SUAS INTERFACES: DISCUTINDO CONCEITOS E PROCESSOS A PARTIR DE AÇÕES LOCAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

*Nadja da Nóbrega Rodrigues,*

*Mércia Rejane Rangel Batista*

**DOI 10.22533/at.ed.73619010616**

**CAPÍTULO 17 ..... 181**

EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

*Tânia Maria Figueiredo Barreto Freitas*

**DOI 10.22533/at.ed.73619010617**

**CAPÍTULO 18 ..... 187**

GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA E UTILIZAÇÃO DE TICS POR PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA

*Artur Pires de Camargos Júnior*

**DOI 10.22533/at.ed.73619010618**

**CAPÍTULO 19 ..... 193**

O LETRAMENTO DIGITAL E A INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD): UM ESTUDO DE CASO COM DISCENTES DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

*Ana Paula da Silva*

*Maria do Carmo Maracajá Alves*

*Alessandra Carla Ceolin*

*Alexandre de Melo Abicht*

**DOI 10.22533/at.ed.73619010619**

**CAPÍTULO 20 ..... 207**

O MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL NA BOCA DAS MULHERES

*Jamyllle de Souza Oliveira*

*Maria Inês Gasparetto Higuchi*

*Niro Higuchi*

**DOI 10.22533/at.ed.73619010620**

**CAPÍTULO 21 ..... 219**

O NOVO CÓDIGO FLORESTAL (LEI 12.651/2012): BREVES APONTAMENTOS SOBRE SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS E RESPECTIVOS REFLEXOS SOBRE A BIODIVERSIDADE

*Fernando Martinez Hungaro*

**DOI 10.22533/at.ed.73619010621**

**CAPÍTULO 22 ..... 229**

O TRABALHO PEDAGÓGICO DE PROFESSORES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM MEDIADO PELAS TIC: ARTICULAÇÕES E RUPTURAS

*Cinthya Maduro de Lima*

*Dinair Leal da Hora*

**DOI 10.22533/at.ed.73619010622**

**CAPÍTULO 23 ..... 238**

PROCESSOS CRIATIVOS DE ENSINO DE DESENHO EM ESPAÇOS VIRTUAIS

*Leda Maria de Barros Guimarães*

*Maria de Fatima França Rosa*

*Hélia Barbosa*

**DOI 10.22533/at.ed.73619010623**

**CAPÍTULO 24 ..... 249**

QUALIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DO LIXO DA PRAIA DO MOA

*Carlos Henrique Profírio Marques*

**DOI 10.22533/at.ed.73619010624**

**CAPÍTULO 25 ..... 255**

RESIDÊNCIA AGRÁRIA JOVEM: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO QUE INTEGRA PESQUISA, PRÁTICA E ENSINO

*Juliany Serra Miranda*

*Denival de Lira Gonçalves*

**DOI 10.22533/at.ed.73619010625**

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 263**

## A (IN) EXISTÊNCIA DE UM PROJETO EDUCACIONAL PARA OS NEGROS QUILOMBOLAS NO PARANÁ: DO IMPÉRIO A REPÚBLICA

**Lucia Mara de Lima Padilha**

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Departamento de Educação

lupadilha5@yahoo.com.br

**RESUMO:** O presente texto tem por objetivo apresentar os resultados parciais da pesquisa realizada sobre a (in) existência de um projeto educacional para os negros no Paraná, no período histórico delimitado entre o final do século XIX e início do século XX. Os objetivos da pesquisa foram: compreender o contexto histórico no qual os negros foram escravizados e a formação dos Quilombos no Paraná; investigar quando se deu o início das ideias liberais e do capitalismo no Paraná como um movimento antagônico à escravidão; Identificar a (in) existência de um projeto educacional para os negros no Paraná, no período histórico delimitado. As categorias de análise escolhidas para a realização da pesquisa foram: Contradição; Luta de Classes; Mediação e Totalidade. O método teve como pressuposto teórico-metodológico o Materialismo Histórico e Dialético. A pesquisa teve caráter documental e bibliográfico e constituiu-se em quatro momentos: no primeiro foram abordadas questões sobre a escravidão do negro e a formação dos Quilombos no Paraná; no segundo, buscou-se investigar quando se deu

o início das ideias liberais no Paraná; o terceiro momento consistiu em compreender como foi a integração do negro à sociedade republicana paranaense, no período pós-abolição, e, no quarto, tratou-se da análise sobre a educação pública e estatal republicana no Paraná e a (in) existência de um projeto educacional para os negros quilombolas no final do século XIX e início do século XX. Como conclusão, a tese defendida é a de que não houve um projeto educacional voltado para a formação das crianças negras, filhas de ex-escravos, nas primeiras décadas após a abolição da escravatura no Paraná.

**PALAVRAS-CHAVE:** Negros, Quilombos, Educação, Paraná.

### INTRODUÇÃO

O presente texto tem por objetivo apresentar os resultados da pesquisa de doutorado realizada, entre os anos de 2012 e 2016, no programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, na linha de pesquisa História e Políticas Educacionais. A referida tese de doutorado teve como propósito investigar, por meio de pesquisa bibliográfica e de análise de documentos oficiais, a (in) existência de um projeto educacional para os negros no Paraná no período histórico delimitado entre o final do século XIX e início do

século XX. Período este em que os discursos liberais republicanos propagaram a ideia de ‘liberdade’ e ‘igualdade’ e propuseram que a educação fosse oferecida pelo Estado e estivesse ao alcance de todos.

## **A ESCRAVIDÃO NEGRA NO BRASIL E NO PARANÁ**

No início do período republicano, os discursos ideológicos enfatizavam a criação das escolas públicas, em forma de Grupos Escolares, que atenderiam a todas as crianças do Brasil. No período histórico delimitado para esta pesquisa, pouco se tem escrito sobre a educação para as crianças negras paranaenses e de que forma essa educação oferecida pelo Estado ocorreu. Deste modo, esta pesquisa se justificou pela necessidade de se analisarem os cenários de luta e enfrentamentos dos negros quilombolas no Paraná, assim como sua interação no interior da sociedade escravista que passava por uma mudança conjuntural, procurando discutir os ideais Republicanos de educação no País.

O tráfico de escravos para o Brasil, exercido por três séculos e meio (do século XVI até meados do XIX), trouxe mais de três milhões de africanos, que foram distribuídos por várias regiões do País. A escravidão negra foi praticada e legitimada por meio de um discurso que, primeiramente, apoiado na religião que ideologicamente propagava a ideia de que Deus determinava, naturalmente, qual seria a condição de vida das pessoas na sociedade. De acordo com esse discurso, pela sua cor, os negros eram vistos como pecadores, sendo a escravidão a única condição para alcançarem a salvação divina.

Posteriormente, pautada na Revolução Francesa (1789), a outra justificativa para a escravidão negra se deu com base no Positivismo de Comte. Para ele os negros, por não serem europeus, eram primitivos e bárbaros, pertencentes a uma civilização considerada atrasada perante a Europa, e, deste modo, deveriam ter a “oportunidade” de, por meio da escravidão, tornarem-se humanos ao entrarem em contato com outras civilizações. Essa justificativa teve como objetivo encobrir e mascarar as reais intenções dos europeus ao arrancarem os negros de sua terra natal para escravizá-los em terras distantes.

A exploração do trabalho do negro escravo no Brasil se deu em todas as instâncias econômicas do País, ou seja, na agricultura, na mineração, nos serviços domésticos e também nos centros urbanos. A escravatura influenciou, “[...] decisivamente o modo pelo qual se organizavam as diversas esferas da sociedade. Desde o começo da época colonial até fins do período monárquico, marcou não só a economia, mas também a política e a cultura” (IANNI, 1988, p. 11). A presença do negro foi notada nas plantações, nas roças, “[...] nas cidades e nos campos, os escravos constituíam a principal força de trabalho. Vendedores, ambulantes, artesãos, carregadores, empregados domésticos, carreiros, percorriam as ruas da cidade na sua incessante labuta” (COSTA, 2008, p.23).

O Brasil foi o último País do mundo a abolir a escravidão, mesmo com a criação das leis internacionais de 1831 e 1850 que proibiram o tráfico de escravos, o País continuou recebendo milhares de africanos. O comércio e o tráfico negreiro representavam a lucratividade e o acúmulo de enormes fortunas, e, em uma sociedade de classe, onde somente algumas “[...] poucas famílias de poderosos controlavam a política e a administração, era difícil fazê-las respeitar a lei, sobretudo quando esta feria seus interesses. Igualmente difícil era encontrar quem ousasse desafiá-los” (COSTA, 2008, p. 27). Desta forma, o tráfico de negros escravos para o Brasil continuou por mais de cinquenta anos após a criação da Lei de 1831.

O negro escravo era considerado como sendo uma “coisa”, desumanizado não tendo direito a nada, nem a sua própria existência lhe pertencia. Como propriedade de seu senhor, sofreu muitas humilhações e castigos. Eram frequentes os açoites, os estupros, as mutilações e os espancamentos que, por muitas vezes, levavam a morte.

No Paraná, província de São Paulo até o ano de 1853, a estrutura econômica concentrou-se, basicamente, na mineração (século XVII); na pecuária (século XVIII), e na extração da erva – mate (século XIX), ciclos esses que sucediam e coexistiam ao longo dos períodos históricos. Apesar de o número de negros escravizados na região paranaense não ser tão expressivo comparando-se com as regiões de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro eles estiveram presentes nos diversos trabalhos realizados no interior das fazendas e posteriormente nos centros urbanos, onde exerciam as “[...] ocupações menos qualificadas socialmente. Em atividades agropecuárias, no artesanato urbano, nos serviços domésticos, nos transportes locais e entre as vilas”. (IANNI, 1988, p.111).

A presença da população negra escravizada no Paraná pode ser verificada por meio de vestígios presentes nas antigas fazendas que formaram a região. Dados levantados em 1884 apontaram um número de 6.721 escravos distribuídos nos municípios do Paraná.

Município	Número de escravos
Antonina	733
Lapa	661
Curitiba	527
Palmeira	505
Castro	402
Guarapuava	371
São José dos Pinhais	359
Campo Largo	309
Palmas	301
Jaguariaíva	296
Paranaguá	284
São José da Boa Vista	279

Ponta Grossa	250
Morretes	242
Tibagi	217
Arraial Queimado	189
Votuverava	148
Conchas	142
Guaraqueçaba	117
Guaratuba	94
Porto de Cima	84
Santo Antonio do Imbituva	80
Piraí	77
Rio Negro	54

QUADRO 1 - População negra escravizada no Paraná em 1884

Fonte: Adaptado de: MARTINS, 1995, p. 385.

Coisificados, os negros escravizados e seus descendentes não foram passivos e apáticos diante de tanta violência e às péssimas condições de vida, muitos reagiram e organizaram a resistência ao regime escravocrata, fugindo e se refugiando em terras afastadas, que receberam o nome de Quilombo.

A resistência negra ocorreu de várias formas, sendo as reações coletivas as que mais se destacaram contra a escravidão sofrida pelos africanos no Brasil. O primeiro Quilombo, chamado de Palmares, foi formado no final do século XVI por escravos fugidos de engenhos de açúcar que se agruparam na Serra da Barriga, em Pernambuco, um local de densas florestas de palmeiras, com terreno acidentado, o que tornava o acesso mais difícil.

A luta e a resistência se deu por meio dos suicídios, das fugas e da formação dos Quilombos até a extinção oficial da escravatura no País, em 1888. No Paraná não foi diferente, e assim como no restante do País, os Quilombos eram localizados em áreas distantes dos centros urbanos e abrigavam os negros que fugiam das fazendas.

Aos negros escravizados, os direitos tão proclamados no Brasil pelo ideário republicano no início do século XX, foram negados, pois os incluía ideologicamente nos discursos, mas na prática o que se evidenciava eram desprezo e indiferença, demonstrados na hostilidade dos brancos para com eles, que eram vistos como vagabundos, baderneiros, pessoas com maus hábitos higiênicos e sem educação.

Após a abolição da escravatura, houve um alijamento da população negra paranaense, e, conseqüentemente a existência dos Quilombos, foi invisibilizada. Propagou-se a informação, principalmente pelo Movimento Paranista, de que os negros eram poucos na região. Entretanto, a existência de trinta e seis Comunidades Remanescente de Quilombos/Comunidade Negra Tradicional no Paraná, citadas no quadro abaixo, evidenciou a presença do negro e a intencionalidade da classe

dominante de promover ideologicamente o branqueamento da região por meio da negação e invisibilização da população negra paranaense.

<b>MICRORREGIÃO DE CERRO AZUL</b>	Comunidade Remanescente: Quilombola João Surá; Quilombola Praia Do Peixe; Quilombola Porto Velho; Quilombola Sete Barras ; Quilombola Córrego das Moças; Quilombola São João; Quilombola Corrego do Franco; Quilombola Estreitinho; Quilombola Três Canais; Comunidade Negra Tradicional do Bairro dos Roque; Comunidade Negra Tradicional de Tatupeva.
<b>MICRORREGIÃO DE CURITIBA</b>	Comunidade Remanescente Quilombola de Areia Branca; Quilombola Palmital dos Pretos; Comunidade Negra Tradicional Sete Saltos.
<b>MICRORREGIÃO DA LAPA</b>	Comunidade Remanescente Quilombola da Restinga; Quilombola do Feixo; Quilombola da Vila Esperança.
<b>MICRORREGIÃO DE PARANAGUÁ</b>	Comunidade Remanescente: Quilombola Rio Verde ; Quilombola de Batuva .
<b>MICRORREGIÃO DE PONTA GROSSA</b>	Comunidade Remanescente: Quilombola Da Serra do Apon; Quilombola de Mamãs ; Quilombola do Limitão ; Quilombola do Tronco ; Quilombola do Sutil ; Quilombola de Santa Cruz.
<b>MICRORREGIÃO DE GUARAPUAVA</b>	Comunidade Remanescente: Quilombola Despraiado; Quilombola Vila Tomé ; Quilombola Cavernoso 1; Quilombola Invernada Paiol de Telha; Quilombola Adelaide Maria da Trindade Batista; Quilombola Castorina Maria da Conceição - (Fortunato); Comunidade Negra Tradicional Tobias Ferreira – (Lagoão); Quilombola Campina dos Morenos.
<b>MICRORREGIÃO DE PRUDENTÓPOLIS</b>	Comunidade Remanescente: Quilombola São Roque; Quilombola Rio do Meio.
<b>MICRORREGIÃO DE TOLEDO</b>	Comunidade Remanescente: Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos ; Quilombola Apepú.
<b>MICRORREGIÃO DE IBAITÍ</b>	Comunidade Remanescente: Quilombola Água Morna ; Quilombola Guajuvira.

QUADRO 2 Comunidades Remanescentes Quilombolas/ Comunidades Negras Tradicionais Fonte: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências Terra e cidadania, CURITIBA, 2008.

No período pós-abolição criou-se o Mito da Democracia Racial com o objetivo de mostrar que no Brasil não existia preconceito contra os negros e que todos eram cidadãos brasileiros. Entretanto, ser emancipado politicamente não representou para os negros a emancipação humana, pois, no pós-abolição os negros ex-escravos e seus descendentes foram impedidos do acesso aos bens e serviços, os direitos concedidos, teoricamente por meio da Constituição Brasileira de 1891, não se concretizaram na prática. Nesse contexto,

[...] o negro cidadão é apenas o negro que não é mais juridicamente escravo. Ele foi posto na condição de trabalhador livre, mas nem é aceito plenamente do lado de outros trabalhadores livres, brancos. [...] É o escravo que ganhou a liberdade de não ter segurança; nem econômica, nem social, nem psíquica. É uma pessoa cujo estado alienado vai manifestar-se agora plenamente, pois é na liberdade

que ele compreenderá que foi e é espoliado. Ele se tornou o cidadão que deverá compreender que já não estará mais integrado, ainda que hierarquicamente na posição mais inferior, mas integrado. Livre, ele estará só escoteiro dos meios de subsistência, dos instrumentos de produção. E tomará consciência de que não tem meios de consegui-los, salvo pela venda da sua força de trabalho, operação essa para a qual não foi preparado (IANNI, 1972, p.49, 50).

Em 1871, após a promulgação da Lei do Ventre Livre, discutiu-se pela primeira vez a questão da educação para os negros, pois, se acreditava que eles poderiam ser utilizados como mão de obra no novo sistema de trabalho, livre e assalariado. Nos Congressos Agrícolas, realizados no Rio de Janeiro e em Pernambuco, em 1878, também se cogitou a possibilidade de se criarem escolas técnicas para preparar os negros para o trabalho livre e assalariado, no entanto,

[...] a crença de que a liberdade gradativa dos escravos deveria ser acompanhada da presença da escola para transformar os ingênuos e os homens livres, parasitas da grande propriedade e da natureza pródiga, em trabalhadores submetidos às regras do capital [...] não se efetivou e, surpreendentemente, essas discussões desapareceram (SCHELBAUER, 1998, p. 52).

A educação voltada para a formação do negro deixou de ser colocada como necessária, pela classe dominante que estava preocupada com a abolição da escravatura, quando ocorreu a substituição do trabalho escravo pelo trabalhador livre e assalariado, e à medida “[...] que os imigrantes se integravam às fazendas de café garantindo a continuidade da produção, os apelos à criação de colônias agrícolas, fazendas-escolas e colônias orfanológicas deixaram de ecoar” (SAVIANI, 2008, p. 164).

Com a abolição da escravatura e a transição do Império para a República, os discursos ideológicos sobre a educação foram utilizados para justificar e fortalecer o novo regime no País. Nestes discursos afirmava-se que a educação seria oferecida a todas as crianças, pois, por meio dela se daria a solução para os problemas existentes e o caminho para o progresso do Brasil. Na ideologia burguesa liberal a ascensão econômica e social era uma recompensa pelo mérito pessoal, ou seja, a ideia que se propagava era a de que por meio da educação, do trabalho e da dedicação todos teriam acesso à propriedade privada.

Os discursos liberais republicanos propagaram ideologicamente que a educação oferecida pelo Estado seria ofertada a “todos”, inclusive aos negros, proibidos, até então, de frequentarem as escolas. Mas qual foi o real interesse nesse ideal, uma vez que, na sociedade de classes, o Estado, representa a organização política da classe dominante e serve como instrumento de dominação? Desta forma, considera-se fundamental a compreensão do projeto republicano para a educação no Brasil e de que forma os negros tiveram acesso, ou não, à instrução pública oferecida pelo Estado.

Nesse contexto, final do século XIX e início do século XX, foram criados os

Grupos Escolares urbanos em algumas regiões brasileiras. Por se tratar de regiões onde se concentrava o comércio, foram matriculados os filhos da burguesia e alguns poucos filhos de empregados que moravam na região. Para atender as crianças pobres e negras que viviam distantes dos centros urbanos e também aquelas que viviam nas colônias de imigrantes, foram destinadas as precárias escolas Públicas Isoladas (PADILHA, 2010).

Os grupos escolares republicanos foram construídos nos centros urbanos com toda imponência, diferentemente das escolas criadas no período imperial, considerado pelos republicanos como uma época atrasada. A proposta de educação apresentada pelos liberais colocava a escola e a educação como capazes de modernizar o País, assim, os prédios deveriam atender as necessidades higiênicas e pedagógicas tão enfatizadas pelos republicanos.

A educação, no final do século XIX, foi colocada pelo Estado republicano como a responsável pela solução dos problemas nacionais. A construção dos Grupos Escolares representou a modernidade no País e os ideais nacionalistas se fizeram presentes na “construção” da nova sociedade, por meio da instrução. Entretanto, para as massas populares, a educação nas escolas primárias não foi prioridade, sendo que essa discussão iniciou somente com a Reforma Paulista em 1920, cujos objetivos foram o de problematizar a questão da gratuidade e obrigatoriedade da alfabetização de todas as crianças com idade escolar (SAVIANI, 2004).

Durante as primeiras décadas da criação dos Grupos Escolares, estes atenderam apenas a alguns alunos oriundos das camadas pobres da sociedade brasileira, pois, neste período histórico a maioria das crianças pobres e negras viviam em locais distantes das áreas urbanas. Pela ausência do Estado em construir Grupos Escolares nas periferias das cidades, esse isentava a obrigatoriedade da matrícula e frequência escolar das crianças oriundas dessas regiões. Para elas, restavam as poucas Escolas Isoladas e Escolas Subvencionadas, as quais não davam conta da demanda.

No Paraná, as poucas crianças negras que conseguiram frequentar as escolas republicanas sofreram com a hostilidade e com o preconceito. Eram vistas como desinteressadas e mal educadas, o que acarretaria, segundo o discurso burguês, na transmissão desses maus hábitos para as crianças brancas que teriam que conviver e dividir os espaços escolares com essas crianças. Diante disso, surgiram então os seguintes questionamentos: no período histórico delimitado, final do século XIX e início do século XX, houve a preocupação, por parte do Estado, em se criar um projeto educacional para o atendimento dos negros no Paraná?; Para as crianças negras paranaenses, que moravam nas regiões periféricas dos centros urbanos e para aquelas que moravam nos Quilombos, qual foi a educação pública ofertada?

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

Para a compreensão da realidade, em sua totalidade, fez-se necessário entender

as relações, econômicas, políticas e sociais, presentes no contexto analisado, pois, as transformações que ocorrem em uma determinada sociedade são frutos das contradições existentes no interior destas relações. Desta forma, o método para análise dessa pesquisa terá como pressuposto teórico o Materialismo Histórico e Dialético, pois, é na produção dos bens materiais da existência da sociedade que,

[...] os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social (MARX, 1977, p.23).

Deste modo, a análise para se compreender o objeto em estudo, deve partir das condições materiais de existência dos homens. Analisar a forma como se deu a (in) existência de um projeto educacional para os negros no Paraná no final do século XIX e início do século XX pressupõe uma pesquisa dialética, que contemple as condições econômicas, políticas e sociais presentes na sociedade brasileira da época.

Para tanto foram escolhidas como categorias de análise e investigação – Contradição; Luta de Classes e Totalidade - com as quais se procurou aproximar do objeto em estudo. A análise destas categorias, no âmbito das transformações da sociedade brasileira no final do século XIX e início do século XX, tratando especificamente dos ideais republicanos e processo educacional das crianças negras no Paraná, considerou que:

[...] o conhecimento histórico-educacional configura um movimento que parte do todo caótico (síncrise) e atinge, por meio da abstração (análise), o todo concreto (síntese). Assim, o conhecimento que cabe à historiografia educacional produzir consiste em reconstruir, através das ferramentas conceituais (categorias) apropriadas, as relações reais que caracterizam a educação como um fenômeno concreto (SAVIANI, 2008, p. 3).

Percorre-se um caminho em busca da essência da realidade, que não se dá imediatamente, mas de forma nebulosa e confusa, procurando desvelar o real apresentado na forma de fenômeno. A partir do conhecimento da totalidade é possível então retornar ao objeto de estudo compreendendo as conexões e a contextualização dos fatos reais. Trata-se então de reconstruir a trajetória do fenômeno à essência (SAVIANI, 2004).

Os procedimentos metodológicos que foram adotados na pesquisa consistiram em:

- Revisão bibliográfica: Esta etapa consistiu na realização de um levantamento bibliográfico sobre a temática da pesquisa;
- Pesquisa documental: levantamento e catalogação de documentos sobre negros e sobre Quilombos/Comunidades Remanescentes Quilombolas, dis-

poníveis no Arquivo Público e Biblioteca Pública do Paraná em Curitiba; Biblioteca Pública, Museu do Tropeiro; Casa da Memória; Secretaria da Educação e Prefeitura de Castro; Casa da Memória; Biblioteca Pública e Museu Campos Gerais em Ponta Grossa;

- Análise da documentação levantada e catalogada, dentre elas, os relatórios dos inspetores de ensino do Paraná - 1922/1923/1924;
- Recursos gráficos: foram utilizados os seguintes: “[...] “itálico” para as fontes primárias. “Sem itálico” para as fontes secundárias” (NASCIMENTO, 2008, p. 22). As citações de fontes primárias mantiveram a redação original, sem qualquer atualização ortográfica.

O levantamento e a catalogação das fontes primárias e secundárias sobre os negros, bem como os dados levantados sobre as Comunidades Remanescentes Quilombolas do Paraná, não podem ser considerados como suficientes para a compreensão do objeto de estudo apresentado, ou seja, as fontes não puderam falar por si só, mas, fizeram parte da análise da totalidade da realidade.

Na revisão bibliográfica, realizada na fase inicial da pesquisa, fez-se necessário um levantamento acerca das produções científicas existentes sobre os negros no Paraná. O levantamento dos trabalhos, na perspectiva da História da Educação, teve como critério de análise os seguintes questionamentos: Existem estudos sobre a educação dos negros e sobre os Quilombos do Paraná na área da História da Educação?

O procedimento metodológico utilizado para a realização do estudo consistiu no levantamento de pesquisas de mestrado e doutorado, das instituições de Pós Graduação no País, disponíveis no banco de dados da CAPES até o mês de outubro de 2015, com as seguintes palavras chave: Negros no Paraná; Quilombos e Educação; Escravos no Paraná e Quilombos no Paraná.

A partir do levantamento se verificou que as pesquisas acerca da escravidão negra no Brasil não são recentes, entretanto, no Paraná os estudos sobre a educação dos negros é um tema que ainda é pouco estudado. As pesquisas realizadas estão ligadas à Sociologia, à História, à Geografia, à Antropologia e à Educação. Pareceu pertinente citar aqui os trabalhos encontrados no levantamento realizado.

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Local/Área</b>	<b>Ano</b>
Andressa Lewandowski	“Agentes e agências: o processo de construção do Paraná negro” (Dissertação).	Universidade Federal do Paraná/Antropologia Social	2009
Maicon Silva Steuernagel	“Entre margens e morros: a geografia narrativa dos filhos da Pedra Branca” (Dissertação).	Universidade Federal do Paraná/Antropologia Social	2010
Jose Antonio Marcal	Política de ação afirmativa na universidade federal do Paraná e a formação de intelectuais negros (as) (Dissertação)	Universidade Federal do Paraná/ Educação	2011

Tania Mara Pacifico	Relações raciais no livro didático público do Paraná. (Dissertação)	Universidade Federal do Paraná/ Educação	2011
Juarez Jose Tuchinski dos Anjos	Uma Trama Na História: A Criança No Processo De Escolarização Nas Últimas Décadas do Período Imperial, Lapa - Província do Paraná(1866-1886). (Dissertação)	Universidade Federal do Paraná/ Educação	2011
Marcia de Campos	Aspectos De Uma Trajetória Histórica Institucional E Discurso Educativo: Ideário e Formação De Professores em Palmas, Paraná. (Dissertação).	Pontifícia Universidade Católica do Paraná/ Educação	2011
Filipe Germano Canavese	O Testamento de Dona Balbina: Um Estudo de Caso Sobre Escravidão e Propriedade em Guarapuava (1851-1865).	Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho/Assis/ História	2011
Carlos Ricardo Grokorriski	“Sutilezas entre ciência, política e vida prática: alfabetização de adultos em uma comunidade remanescente quilombola” (Dissertação).	Universidade Estadual de Ponta Grossa/ Educação	2012
Marcolino Gomes de Oliveira Neto	Arte e Silêncio: A Arte Africana e Afro-Brasileira nas Diretrizes Curriculares Estaduais e no Livro Didático Público de Arte Do Paraná. (Dissertação)	Universidade Estadual de Ponta Grossa/ Educação	2012
Miriam Furtado Hartung	“A comunidade do Sutil: História e etnografia de um grupo negro na área rural do Paraná” (Tese).	Universidade Federal do Rio de Janeiro / Antropologia	2000
Claudemira Vieira Gusmão Lopes	“O etnoconhecimento e sua contribuição para o desenvolvimento rural sustentável: o caso da comunidade negra do Varzeão, Vale do Ribeira, PR” (Tese).	Universidade Federal do Paraná / Ciências Agrárias	2010
Edimara Gonçalves Soares	“Educação escolar quilombola: quando a política pública diferenciada é indiferente” (Tese).	Universidade Federal do Paraná / Educação	2012
Ilton Cesar Martins	Veredicto Culpado: A Pena de Morte Enquanto Instrumento De Regulação Social Em Castro - Pr (1853-1888)	Universidade Federal do Paraná/História	2012
Noemi Santos da Silva	O “Batismo na Instrução”: Projetos e Práticas de Instrução Formal de Escravos, Libertos e Ingênuos no Paraná Provincial. (Dissertação)	Universidade Federal do Paraná/História	2014

QUADRO 3 Teses e Dissertações sobre a Educação dos negros no Paraná

Fonte: elaborado pela autora com base no Banco de Dados da CAPES – outubro de 2015

A partir deste levantamento pode se verificar que apesar de o número de pesquisas, sobre o tema em questão, ter aumentado nos últimos anos no Brasil, no Paraná existe uma lacuna no que diz respeito a estudos que estejam voltados para a História da Educação dos negros, desta forma tornou-se necessária esta pesquisa.

Ressalta-se, ainda, que o levantamento das pesquisas já realizadas é um procedimento necessário, pois permite ao pesquisador uma aproximação que possibilita o reconhecimento do estágio do conhecimento sobre o tema ou objeto a ser investigado. O processo de levantamento do que já foi publicado sobre o tema é de

fundamental importância para o pesquisador, pois, delimita “[...] o objeto da pesquisa e realizar a sua problematização de forma que situe e defina o estudo proposto. A elaboração do estado do conhecimento é, também, uma pesquisa para outra e que pode ser trabalhado de diversas formas” (NASCIMENTO, 2006, p 130).

Assim, a presente pesquisa foi organizada em quatro capítulos: No primeiro capítulo buscou-se contextualizar o período histórico no qual os negros foram escravizados no Brasil. Abordou-se também a existência da escravidão no Paraná e a utilização da força de trabalho do negro escravo na mineração, na agricultura de subsistência, na pecuária, nos trabalhos domésticos, nos ofícios rurais e urbanos da região, bem como, a compreensão da formação dos Quilombos paranaenses como movimento de resistência à escravidão.

No segundo capítulo procurou-se identificar os movimentos abolicionistas no Paraná em defesa da abolição gradual da escravatura. Abordaram-se também as ideias liberais sobre a propriedade privada e o trabalho livre e assalariado. Os princípios do liberalismo, liberdade, igualdade e fraternidade, que se apresentaram juntamente com o capitalismo, quando o Brasil passou a incorporar as ideias de liberdade de comércio e de representação política para a classe dominante. A entrada de trabalhadores europeus no Paraná, incentivada pelos abolicionistas, que, ideologicamente, enfatizaram a superioridade do imigrante branco, considerado “dotado” de uma inteligência e força espiritual elevada, perante o negro.

No terceiro capítulo buscou-se compreender como se deu a integração dos negros à sociedade paranaense pós-abolição da escravatura. Foram abordados os discursos ideológicos da classe dominante que, por meio do Mito da Democracia Racial, procurou transmitir a ideia de que no Brasil não existia o racismo e que todos os cidadãos brasileiros eram “iguais”, portanto, “todos tinham direitos iguais”. Assim, como se procurou evidenciar o movimento da classe dominante no qual se propagou a inexistência e, conseqüentemente, a invisibilidade do negro quilombola no Paraná republicano.

No quarto capítulo tratou-se da análise sobre a educação pública e estatal republicana e a (in) existência de um projeto educacional para os negros no Paraná no final do século XIX e início do século XX, a partir da documentação oficial. Com a criação dos Grupos Escolares e a modernização do Paraná a educação foi colocada como a responsável pela ascensão social da população. O acesso a esses Grupos Escolares deveria ser garantido a “todas as crianças”, entretanto, era restrito de negros nestes espaços, e, os poucos que neles tiveram acesso sofreram com a discriminação presente na sociedade.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

A trajetória percorrida para a construção dessa pesquisa se deu em busca de compreender e identificar a existência, ou não, de um projeto educacional para os

negros no período pós-abolição da escravatura no Paraná. A partir desse objetivo geral foi necessário fazer algumas considerações a respeito das lacunas e inverdades existentes sobre a história dos negros no Paraná.

Intencionalmente foi disseminado, por meio de bibliografias existentes sobre a história do Paraná, que não mais existiam negros na região paranaense no período pós-abolição da escravatura. A justificativa para tal ideia foi pautada em relatos de autores, já citados, que afirmavam ter havido um elevado número de óbitos da população negra e também a migração interna de escravos no País, que se deslocavam de um local para o outro. Desta forma, o Paraná foi apresentado como um Estado predominantemente europeu, fortalecendo assim a negação da população negra.

A compreensão do contexto histórico no qual os negros foram escravizados e a formação dos Quilombos como um movimento de resistência se fez necessária para evidenciar a presença deles no Paraná e sua contribuição para o desenvolvimento da região. Para tanto, o resgate histórico se deu com a busca, muitas vezes sem êxito, nos arquivos públicos e museus à procura de documentos oficiais e imagens que pudessem retratar a história dos negros no Paraná. E também, de um exaustivo trabalho de cruzamento de dados históricos sobre: as fazendas, as minas de ouro e as famílias proprietárias de escravos, existentes no período em que ocorreu a escravidão e a formação dos Quilombos. Foi na falta dessas fontes, da história não contada, dos inúmeros “não ditos” que foi possível depreender como ocorreu a invisibilização dos negros no Paraná.

Com o movimento abolicionista no Paraná, a favor das ideias liberais de liberdade, igualdade e fraternidade foi possível compreender o contexto no qual ocorreu a abolição da escravatura. Nesse contexto, o trabalho livre e assalariado foi colocado pela classe dominante, como aquele que, por meio do qual, o homem seria capaz de conquistar seus bens materiais. Assim, cada ser humano seria responsável pela sua ascensão ou decadência, pois, a partir do seu trabalho, teria, ou não, condições econômicas de ascensão social.

Com o incentivo a imigração europeia e a ênfase no branqueamento do Paraná, por meio de um discurso da classe dominante, consolidou-se a ideia da superioridade do imigrante branco frente ao ex-escravo negro que foi excluído do mercado de trabalho livre e assalariado, devido a sua “incapacidade”. A discriminação e o racismo foram camuflados pelo Mito da Democracia racial que ideologicamente propagou que existia igualdade entre todos os cidadãos e uma convivência harmônica entre os diferentes grupos étnicos que formavam o País. No entanto, as teorias racistas, que associaram o negro ao mendigo, ao assassino, ao baderneiro, entre outros, reforçaram ainda mais as desigualdades sociais.

Após a abolição da escravatura, os negros paranaenses, apesar do discurso de igualdade presente na Constituição Brasileira republicana, foram abandonados à própria sorte. A campanha abolicionista no Paraná, durante o século XIX, salientava a necessidade de emancipar os negros escravizados, entretanto, após essa

“emancipação” não houve o interesse da classe dominante em integrá-los a sociedade moderna da época. Pelo contrário, o projeto republicano de modernização das cidades acentuou as diferenças sociais e o racismo, agora não mais pela posição social de escravo, mas pelo estigma da cor da pele.

Os republicanos colocaram o Estado acima das classes, dando ênfase em sua neutralidade diante às desigualdades sociais. No entanto, em uma sociedade repleta de contradições, na qual se criam “direitos” e propaga-se a “democracia”, a classe menos favorecida economicamente é oprimida pela classe dominante. Os princípios liberais de igualdade, liberdade e fraternidade não se efetivaram na prática e a estrutura da sociedade paranaense, baseada na divisão de classes, manteve-se. Continuou sendo uma sociedade na qual aquele que detinha o poder econômico, político e social determinaria quais seriam as condições de vida da classe explorada.

As discussões sobre a educação para as crianças negras foram iniciadas a partir da criação da Lei do Ventre Livre (1871), na qual o Estado direcionou qual seria o destino dos ingênuos. Todavia, a real intenção foi a de criar mecanismos para que a gradual transição do trabalho escravo para o livre e assalariado acontecesse da melhor maneira possível. Com a criação de asilos, escolas agrícolas e orfanatos, para atender os ingênuos, a classe dominante paranaense visava manter as hierarquias e as desigualdades sociais. A educação oferecida nessas instituições de longe representou a emancipação humana e a transformação da realidade dessas crianças. Pelo contrário, as práticas educativas oferecidas nas instituições para as quais os ingênuos foram encaminhados pelo Estado paranaense visaram manter a posição social inferior. Ou seja, era preciso manter a população negra sob o domínio do Estado por meio do ensino da moral e dos bons costumes, para que eles não se rebelassem além de oferecer uma formação para o trabalho visando garantir mão-de-obra barata para o mercado.

Compreender a existência, ou não, de um projeto educacional para atender os negros no Paraná, na transição do império para a República se apresentou como um desafio, pois, após a abolição da escravatura, o negro que no Império era citado em jornais, documentos de compra e venda, nos testamentos, entre outros, deixou de ser mencionado nos documentos oficiais. As únicas informações possíveis de serem analisadas são referentes aos dados populacionais descritos em alguns relatórios de governo.

Com relação à educação, o que se verificou nos Relatórios de Ensino foram informações sobre a matrícula e frequência nas escolas, entretanto, esses dados apontam apenas a porcentagem dos alunos alfabetizados com relação aos não alfabetizados, não trazendo informações sobre a cor e a origem das crianças. Na análise desses documentos, o objetivo foi o de identificar algumas pistas que evidenciassem a presença das crianças negras em escolas públicas. Mas, o que se constatou sobre a educação foram apenas relatos dos inspetores de ensino sobre: a falta de frequência dos alunos, associando, mesmo que implicitamente, a população negra e pobre à

preguiça e a falta de amor pelo trabalho, fato esse que seria a justificava pela miséria na qual eles se encontravam.

É de suma importância retomar as questões iniciais desta pesquisa: Houve a preocupação, por parte do Estado, em se criar um projeto educacional para o atendimento dos negros no Paraná após a abolição da escravidão? Para as crianças negras paranaenses, que moravam nas regiões periféricas dos centros urbanos e para aquelas que moravam nos Quilombos, qual foi a educação pública ofertada?

A tese aqui defendida é a de que não houve um projeto educacional voltado para a formação das crianças negras, quilombolas ou não, nas primeiras décadas após a abolição da escravidão no Paraná. É possível afirmar que todo o discurso liberal de liberdade, igualdade e fraternidade de longe representou a realidade da população negra. As escolas públicas do Estado, no modelo de Grupo Escolar, Escola Isolada ou Escola Subvencionada, na maioria das vezes não foram frequentadas por essas crianças.

A escola republicana não incorporou um projeto de emancipação humana para os negros no Paraná, pelo contrário, o racismo e a discriminação foram praticados contra as poucas crianças que conseguiram ter acesso a ela. Não se pode negar que algumas crianças negras tiveram acesso às escolas públicas paranaenses, no entanto, cabe aqui ressaltar que a presença delas nessas escolas não significou que todas tiveram o direito de acesso a elas, as exceções não podem ser colocadas como regra geral.

A finalização dessa pesquisa se fez acompanhada de grande angústia, pois, se verificou que o *ponto de chegada* é também o *ponto de partida*, o percurso percorrido até aqui foi apenas um passo inicial na busca pela compreensão de uma história que foi silenciada, pois, existe ainda uma lacuna na história da educação do negro paranaense, um longo caminho para que, efetivamente, ele possa estar presente na história do Paraná. Entretanto, que a reflexão incitada nessa pesquisa possa ser um estímulo para que novos estudos sejam realizados, que o ponto de chegada deste trabalho possa ser fomentador de inquietações e conduza a novos pontos de partidas de pesquisadores que enveredem por este caminho, o da história ainda não contada, do povo negro invisibilizado que ainda clama por direitos e justiça social.

## REFERÊNCIAS

BOTTOMORE, T. (coord). Dicionário do Pensamento Marxista, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

CURITIBA. Instituto de Terras, Cartografia e Geociências Terra e cidadania. Curitiba: ITCG, 2008.

COSTA, E. V. **A abolição**. 8ª. ed. ver.e ampl. – São Paulo: Editora UNESP, 2008.

FERNANDES, F. **A Integração do negro na sociedade de classes**: o legado da “raça branca”, v.1. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira S.A, 1972.

\_\_\_\_\_. **A metamorfose do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil**. ed., São Paulo: Hucitec, Curitiba: Scientia et labor, 1988.

MARX, K. **Prefácio à Contribuição Crítica da Economia Política**. In: Marx, K. e Engels. , F. Textos. Vol3 São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

MARTINS, R. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos editores, 1995.

\_\_\_\_\_. Paranismo. In: **A divulgação** . Curitiba. Fev-mar. 1946, p.91.

NASCIMENTO, M.I.M. **A primeira Escola de Professores dos Campos Gerais – PR**. 225f. Tese (Doutorado em Filosofia e História). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2004.

\_\_\_\_\_. In: Diana Gonçalves Vidal, (org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

PADILHA, L.M.L. “Ideário Republicano Nos Campos Gerais: A Criação Do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes (1907)”. Dissertação defendida em 2010. Programa Pós Graduação em Educação – Universidade Estadual de Ponta Grossa.

PONCE, A. **Educação e Luta de Classes**. / Aníbal Ponce; Traduzido do original em espanhol/ publicado por J. Hector Matera – Buenos Aires, 1957. Tradução para a língua portuguesa de José Severo de Camargo Pereira – São Paulo: Fulgor, 1963.

REIS, J. J; GOMES, F. S. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

SAVIANI, D. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. São Paulo: Autores Associados Ltda., 2004.

\_\_\_\_\_. **História das idéias pedagógicas no Brasil** / Dermeval Saviani. – 2. Ed. Ver. E ampl. – Campinas, SP: Autores Associados: 2008. – (Coleção memória da educação).

SCHELBAUER, A. R. **Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914/ Analete Regina Schelbauer**. Maringá: EDUEM, 1998.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme:** Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: [williandouglas@uft.edu.br](mailto:williandouglas@uft.edu.br)

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-373-6

